

Ministério das Cidades

Cidade da Paraíba é a campeã per capita em recursos do espólio do orçamento secreto no Ministério das Cidades. Nas postagens, verba virou "emenda"

R\$ 1,6 bilhão

HERANÇA DAS
VERBAS DO ANTIGO
ORÇAMENTO SECRETO

R\$ 960.019,00 PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA MULTIUSO

R\$ 437.500,00 PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

R\$ 1.912.356,00 PARA ASFALTAMENTO DE RUAS

IRMÃO

DEPUTADO ESTADUAL
TACIANO DINIZ
(UNIÃO BRASIL)

PREFEITO
SAMUEL CARNAÚBA
(MDB)

VICE-PRESIDENTE DO SENADO
VENEZIANO VITAL DO RÊGO
(MDB)

NAS POSTAGENS, A PREFEITURA DIZ QUE O DINHEIRO FOI CONSEGUÍDO PELO DEPUTADO ESTADUAL TACIANO DINIZ (UNIÃO BRASIL). NATURAL DE CURRAL VELHO, E IRMÃO DO PREFEITO SAMUEL CARNAÚBA (MDB). NA VERDADE, SÃO VERBAS PRÓPRIAS DO MINISTÉRIO. ESPÓLIO DO ORÇAMENTO SECRETO



NAS ELEIÇÕES DE 2022, MERSINHO TEVE O APOIO DOS IRMÃOS TACIANO DINIZ E SAMUEL CARNAÚBA

SEGUNDO A PREFEITURA, O RECURSO SERIA DE UMA "EMENDA PARLAMENTAR" DO DEPUTADO. NA VERDADE, NÃO SE TRATA DE EMENDA, E SIM DE RECURSOS PRÓPRIOS DO MINISTÉRIO, vindos do antigo orçamento secreto

DEPUTADO FEDERAL
MERSINHO LUCENA
(PP)

Ministério do Esporte

R\$ 211 milhões

HERANÇA DAS
VERBAS DO ANTIGO
ORÇAMENTO SECRETO

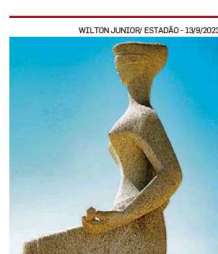
R\$ 955.000 PARA A REVITALIZAÇÃO DE UMA PRAÇA ESPORTIVA

FOTOS: PERFIL DE SAMUEL NO INSTAGRAM; DO TSE, DA AGENCIA SENADO E DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA

FONTES: SIOP / SIGA BRASIL / TRANSFEREEDOV / INFOGRÁFICO: ESTADO

☺ prefeitura se equivocou ao noticiar os recursos como emenda parlamentar. "É falta de conhecimento do gestor, ou de algum secretário de comunicação. Na verdade, a gente fez essa indicação para mandar para lá, na época. Curral Velho é uma cidade em que eu tive, proporcionalmente, a maior votação. E o prefeito tem feito um trabalho muito forte na cidade. E aí a gente conseguiu ter a possibilidade de fazer uma indicação. Não quer dizer que seja emenda parlamentar individual. Às vezes, é falta de conhecimento. Eles não conhecem essa questão dos códigos (orçamentários)."

'EXTRA'. Nos corredores do Congresso, esse tipo de recurso é geralmente chamado de "extra". Diferentemente das emendas, a negociação é informal, sem registros sobre os padrinhos e madrinhas, e feita de acordo com a conveniência política, sem necessidade de atender igualmente todos os deputados e senadores. Segundo Mersinho, essas verbas às vezes são negociadas diretamente com os ministros. "Hoje, o ministro (André) Fufuca, do Esporte, é do Progressistas. Eu mostrei alguns projetos para ele, no final do ano passado, de academias ao ar livre, e ele gostou do projeto", relatou. No mesmo período, a prefeitura de Curral Velho fez outras duas postagens comemorando os recursos do espólio do orçamento secreto. Em ambas, atribuiu o dinheiro a "recursos angariados pelo deputado estadual Taciano Diniz (União Bra-



Inconstitucional
Em 2022, o Supremo julgou inconstitucional o orçamento secreto. Rosa Weber definiu a prática como dispositivo 'à margem da legalidade'

sil)" – o parlamentar estadual também é ligado a Veneziano Vital do Rêgo, com quem costumava postar fotos nas redes. Em 27 de novembro passado, a prefeitura do município paraibano assinou contrato de repasse de R\$ 437,5 mil para pavimentação de vias na cidade. Em 30 de novembro, outro contrato de R\$ 960 mil para a construção de uma praça. Em ambos os casos, é dinheiro do antigo orçamento secreto liberado via Ministério das Cidades. No Facebook, a prefeitura postou também o contrato para mais R\$ 1,9 milhão do espó-

lio do orçamento secreto via Ministério das Cidades para a pavimentação de vias. Mais uma vez, quem aparece ao lado do prefeito Samuel Carnaúba nas fotografias é o deputado estadual Taciano Diniz.

REGRAS. Em maio de 2023, o Ministério do Desenvolvimento Social editou a Portaria 886, com regras para o uso dos recursos do espólio do orçamento secreto. Os valores seriam liberados por critérios técnicos, após solicitações dos municípios. Na prática, a priorização tem sido definida com base em discussões com deputados e senadores. Servidores da pasta, que pediram anonimato, relataram que são frequentes as reuniões com parlamentares para tratar dos recursos.

Há registro na agenda oficial de servidores do ministério em que a portaria aparece como tema da reunião. No dia 1.º de junho, o deputado Thiago Flores (MDB-RO) esteve no ministério para reunião com Jane Maria Cristina de Matos, então chefe da assessoria parlamentar. Dias depois, ele postou a notícia da entrega de R\$ 500 mil em emenda parlamentar a uma associação de mães de autistas de Ariquemes (RO). Por meio de assessoria, o parlamentar disse que o encontro não resultou em liberação de verbas e que o dinheiro para a associação era de emenda do deputado estadual. ●

Ministérios rejeitam a existência de barganha

Em manifestações oficiais, os ministérios que herdaram recursos do orçamento secreto e a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política do Planalto, sempre negaram que o dinheiro sendo usado para barganhas com parlamentares.

Em janeiro, a SRI, respondendo a pedido da Lei de Acesso à Informação, disse que "não cabe" aos parlamentares indicar quais municípios serão beneficiados. "A seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos órgãos executores", disse o órgão. A secretaria afirmou que "não dispõe" da relação de congressistas que fizeram indicações de usos para o espólio do orçamento secreto. Resposta parecida veio do Ministério do Esporte. Segundo a pasta, as verbas "são dotações orçamentárias discricionárias". "Com isso, não há participação da Secretaria de Relações Institucionais e, portanto, não são de indicação parlamentar".

Ao Estadão, a SRI negou irregularidades na aplicação dos recursos, mas não tratou das verbas A4, o espólio do orçamento secreto. "O pagamento de restos a pagar para as emendas de relator têm seguido o que determinou o Supremo Tribunal Federal – entendimento que foi objeto de parecer de orientação da Advocacia-Geral

da União distribuído a todos os órgãos da administração federal", diz a nota. "O prosseguimento da execução dos recursos que já haviam sido empenhados está sujeito à discricionariedade da pasta responsável. A responsabilidade pelo cumprimento dessas condições é de cada órgão executor de emendas parlamentares."

CRITÉRIOS. A pasta do Desenvolvimento Social afirmou que a Portaria 886 foi criada para atender à decisão do STF, e que a escolha dos municípios contemplados se dá por critérios técnicos. "O que era emenda de relator foi transformado em recursos discricionários de cada ministério, dando poder aos ministros para fazer portarias específicas que definam como fazer a partilha desses recursos."

A reportagem procurou os ministérios do Esporte e das Cidades e a prefeitura de Curral Velho. Somente a pasta das Cidades respondeu e negou que esteja usando as verbas para negociações com congressistas. "O ministério buscou definir diretrizes com o objetivo de orientar a seleção de recursos, afastando quaisquer tipos de indicações de beneficiários. Não há o que se falar em pedidos de parlamentares ou ofensa a qualquer a qualquer decisão do STF." ● A.S.

PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2017
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2018
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2019
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2020
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2021
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2022
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2023
PARTE DO ORÇAMENTO SECRETO EM 2024